

# A ECONOMIA POLÍTICA DA INFORMAÇÃO E A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA UMA INTERDISCIPLINARIDADE CRÍTICA AO ESTUDO DA INFORMAÇÃO<sup>2</sup>

E-mail:  
vinicius.gerbasi@yahoo.com.br

Vinicius Aleixo Gerbasi<sup>1</sup>

## RESUMO

O artigo discute dois campos científicos que possuem como objeto de análise a informação: a Economia Política da Informação e a Ciência da Informação. A Ciência da Informação vem incorporando diversas contribuições teóricas das Ciências Humanas. Já a Economia Política da Informação surgida dos estudos da comunicação e da cultura se pauta desde sua origem pelas contribuições teóricas heterodoxas e marxistas. Conclui-se que as duas áreas de conhecimento trazem significativas contribuições teóricas à reflexão sobre informação e suas relações políticas, econômicas e institucionais e quanto ao estudo da informação na sociedade capitalista. Usamos a revisão bibliográfica como metodologia.

Palavras-chave: Ciência da Informação, Economia Política da Informação, Poder, Informação, Campo científico.

## ABSTRACT

Political Economy of Information and that of Information Science. We present a definition of Information Political Economy and Information Science, from an economic perspective and from critical studies on information. The scientific and positive tradition of studying information in Information Science changes and incorporates several theoretical contributions from the humanities. We show that these two areas of investigation bring significant theoretical contributions to the reflection on public policies, on the epistemological field and the function and dynamics of science in contemporary society. The article uses the qualitative methodology based on bibliographic review.

Keywords: Information Science, Political Economics of Information, Power, Information, Scientific field.

## 1 INTRODUÇÃO

Ao refletir a respeito de como ocorre a inter-relação entre campos científicos Thomas Kuhn (1978) filósofo da ciência, defende que não existe limite epistemológico em nenhum campo científico. Para ele as respostas que a ciência nos dá são sempre provisórias. Segundo esse mesmo autor, a ciência é interdisciplinar e transdisciplinar uma vez que não há limites epistêmicos na Ciência. Isso porque ela não é constituída por uma epistemologia imutável. O ponto central nessa definição de ciência é sê-la orientada sobretudo por problemas e centrada

---

<sup>1</sup> Mestre em Ciência da Informação pela UNESP-Marília. Doutorando em Ciências Sociais pela UNESP- Marília.

<sup>2</sup> Artigo derivado de dissertação de mestrado entre 2014-2016 no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Desenvolvido com bolsa Capes.

na investigação de objetos de pesquisa para o qual mobiliza além das hipóteses, conjunto de técnicas e conceitos que levem a sua compreensão.

O artigo tem como objetivo analisar a existência de um paradigma crítico em relação ao estudo entre informação e sociedade centrado na conformação entre Economia Política da Informação e Ciência da Informação. Dessa forma, propomos a discussão de elementos teóricos para a reflexão sobre a Ciência da Informação como campo científico efetivamente sociopolítico e problematizador. A reflexão levantada no artigo propõe uma perspectiva materialista sobre a informação, que na Ciência da Informação foi já elaborada por Frohmann (2008).

Além disso, as reflexões aqui levantadas quer no diálogo necessário dos dois campos científicos, quer sobre a reflexão que se faz deles, especialmente sobre a Ciência da Informação, propõe a existência de tensionalidades em torno dos campos científicos no que diz respeito à economia, à política e à ciência.

## *2 A ECONOMIA POLÍTICA DA INFORMAÇÃO*

Os estudos em Economia Política da Informação e da Comunicação, constituem um subcampo da Ciência da Informação e da Comunicação. O Enancib possui um GT para publicações referentes ao campo intitulado “Política e Economia da Informação”, desde 2005. Nele as temáticas estão distribuídas entre: Políticas e regimes de informação. Informação, Estado e governo. Propriedade intelectual. Acesso à informação. Economia política da informação e da comunicação. Produção colaborativa. Poder, ativismo e cidadania. Conhecimento, aprendizagem e inovação. Ética da informação. Informação e ecologia (GT5 – ECONOMIA POLÍTICA DA INFORMAÇÃO, 2018).

A Economia Política da Informação se define como um constructo teórico desenvolvido a partir das contribuições teóricas de Marx, constituindo-se como um importante área de reflexão crítica à comunicação e à informação. A Economia Política da Informação e da Comunicação, segundo Dantas, diz respeito a convergência entre o campo da economia e dos estudos comunicacionais e informacionais, constituído de metodologias, conceitos e teorias próprias (DANTAS, 2012).

Tal como a Economia Política crítica surge para explicar o funcionamento do capitalismo, o surgimento das indústrias de comunicação, as mídias de massa do século XX, logo aproximou, inicialmente, este estudo do campo das comunicações. Assim, a primeira contribuição se dá pelas investigações da chamada Escola de Frankfurt que mostrava a produção ideológica e as implicações sociais e econômicas dos meios de comunicação no sistema capitalista. Esses estudos culturais desembocam, mais tarde na Economia Política da Comunicação (SIMIS, LOPES, 2010; BOLAÑO)

Tendo o canadense Dallas Smythe como pioneiro nesse campo (no final da década de 1940 ofereceu o primeiro curso sobre EPC nos EUA), será sobretudo a partir da década de 1960 que esta nova perspectiva analítica começa a se desenvolver. Segundo Dantas, Dallas Smythe propôs a estudar a comunicação e a informação como categorias criadoras das leis da mais valia. A partir deste enfoque a teoria marxista abordava a relação entre comunicação, capitalismo e valor e, dessa forma, fez a aproximação teórica da comunicação e da informação sob o ponto de vista econômico (DANTAS, 2012).

Contribuíram diversos pesquisadores, que talvez possam ser divididos em duas “escolas”: a “norte-americana”, na tradição de Baran e Sweezy, Dallas Smythe e Herbert Schiller e a “européia”, com setores das academias britânica e francesa, vinculadas à produção intelectual de Nicholas Garnham, Peter Golding e Graham Murdock, de um lado, Patrice Flichy, Bernard Miège e Dominique Leroy, de outro (SIMIS, LOPES, p. 163, 2010). Entre eles, vale

apontar a importante contribuição de Herbert Schiller que chamava atenção para a “mercantilização da informação” paralelamente ao crescente uso da tecnologia da informação em todos os setores das atividades econômicas, correspondentes ao advento da reestruturação produtiva que passava o capitalismo a partir da década de 70:

[...] a esfera da informação torna-se ponto fundamental a partir de onde se rearticula a economia americana. Ao mesmo tempo em que os usos da informação multiplicam-se e flexibilizam-se exponencialmente devido ao desenvolvimento da tecnologia da informação – através do processamento, armazenamento, recuperação e transmissão computacionais – a informação torna-se, ela própria, algo fundamentalmente comercializável (SCHILLER, 1984, p. 55)

Nesse ponto, tanto Schiller quanto Frohman advertem que, uma vez que a informação torna-se mercantil, as instituições como universidades, centros de pesquisas assim como o papel do bibliotecário em prover informações também se tornam privatizados, movimento sem o qual tais funções perderiam dinâmica e densidade no que tange a sua função dentro da configuração socio-produtiva que estava surgindo. Assim, ao passo que o conhecimento científico das universidades era captado pelas empresas de tecnologia e biotecnologia, o caráter público de tais instituições iam perdendo espaço, assim como o papel social dos serviços de usuário, do bibliotecário e da informação social iam perdendo espaço (SCHILLER, 1984).

Para Lima sobre as temáticas trabalhadas no Gt “Economia Política da Informação”:

Sugere-se a continuidade das discussões no grupo de trabalho sobre o seu ementário. Cabe então mencionar os assuntos sobre os quais o grupo efetivamente vem produzindo desde a sua criação: direitos autorais; economia da informação; governo eletrônico; inclusão digital e informacional; informação, inovação e desenvolvimento e políticas públicas de informação. Ratifica-se também a sugestão de inclusão do item “sociedade da informação”. (LIMA, 2008, p. 21)

Em 1992 é criado o GT Economia Política das Telecomunicações, da Informação e da Comunicação da Intercom. Como dizem Simis e Lopes (2010) nessa época ainda que se reconhece a importância da metodologia e teoria da Economia Política às áreas dos estudos da comunicação e informação, dando início a formação de uma área interdisciplinar, no Brasil os estudos ainda se encontravam incipientes, tendo o GT empreendido um importante papel em reunir material e discussões sobre o campo.

Segundo Herscovici:

A análise não pode se limitar a uma dimensão específica, seja ela estética, sociológica ou econômica; tal análise será obrigatoriamente limitada. No âmbito de uma abordagem interdisciplinar, essas diferentes dimensões precisam ser estudadas nas suas especificidades e nas suas relações de interdependência [...]. Mas a interdisciplinaridade é uma prática difícil: acredito que não seja possível dar conta de todas as dimensões de determinados fatos sociais. O estudo científico nunca esgota todas as possibilidades embutidas no real; conforme preconizava Marx, é preciso passar do abstrato ao concreto pensado (1972). Certos autores fracassaram ao tentar estudar todas as dimensões dos fatos culturais, informacionais e comunicacionais. (HERSCOVICI, 2014, p. 94)

Uma perspectiva interdisciplinar é uma posição teórica visando revelar as dimensões políticas, institucionais e econômicas aparentemente independentes e desconexas uma das outras. A exposição teórica e científica é feita pela passagem do abstrato ao concreto visando relevar as interconexões e interdependências dos fenômenos frente à complexidade das relações e da realidade social: uma relação dialética entre de um lado, fenômenos informacionais e comunicacionais e de outro lado, políticos, econômicos e institucionais.

A Economia Política da Informação trata das categorias de fluxos de informação e de conhecimento, da propriedade intelectual, de sistemas de inovação e mais recentemente, da difusão do conhecimento científico e tecnológico e de sua apropriação social e, mais recentemente, de questões relativas à ciência e aos dados abertos como paradigma de desenvolvimento científico.

Este campo, busca entender distintos fenômenos acerca da informação e do conhecimento no capitalismo contemporâneo, trazendo a luz temas como inovação, tecnologia social, acesso ao conhecimento, ciência aberta, regulação da propriedade intelectual e distintas lógicas de apropriação da informação e do conhecimento. Nesse sentido, a interseção deste campo com a Ciência da Informação não se dá de forma meramente subordinada, apresentando-se antes como epistemologicamente independente. A designação de Economia Política da Comunicação, na literatura científica internacional e nacional compartilha das mesmas agendas de pesquisa e princípios teóricos e, frequentemente, é sinônima de Economia Política da Informação.

O cercamento e espoliação das informações são feitas pela construção de oligopólios do setor tecnológico que as controlam e que as armazenam em banco de dados privados e pelos direitos de propriedade intelectual que travam o conhecimento científico a quem o detêm com a permissibilidade de legislações e órgãos internacionais. Trata-se de lidar com fenômenos que, antes coletivos e comuns, se tornaram privados (DARDOT; LAVAL, 2017) e aos quais estendeu-se as leis de acumulação infinita do capital.

### 3 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

A Ciência da Informação é interdisciplinar e seus paradigmas científicos definidos a partir dos anos 50, período em que ela surgiu como campo do conhecimento científico; e fortemente atrelada à uma concepção cientificista e matemática da informação, considerando a profusão de informações científicas do pós-guerra e de a necessidade de organização e recuperação de informações científicas. A partir daí, ela se orientou por diferentes caminhos epistemológicos que a conformaria:

tem sido uma das guardiãs da comensurabilidade dos discursos científicos, caracterizando a ciência como a prática social de maior potência de circulação informacional, da maior eficácia de codificação e explicitação de seus próprios processos produtivos e de maior rigor e eficácia institucional na regulamentação dos mecanismos e práticas de estabilização de discursos e saberes. Bibliometria, cientometria, infometria são expressões dessa confiança e orientação (GOMES, 2001, p. 45)

A Ciência da Informação não é tão pouco, segundo Gomes (2001), uma meta ciência, à qual estaria acima de outras e segundo a qual possuiria uma horizontalidade epistemológica, se aproximando e contribuindo com os mais diversos campos científicos, uma vez que seu objeto,

a informação constitui reflexão de outras áreas, como “filosofia da informação”, a administração, a arquivologia.

A pesquisa social na área da Ciência da Informação tinha pouca expressividade até os anos 70 (ARAÚJO, 2017). As análises sociológicas referentes ao campo foram surgindo, apesar dos paradigmas científicos da época estarem fortemente influenciados pela tradição positivista. A partir daí, a Ciência da Informação enveredando-se pelas Ciências Sociais, passa a considerar as dinâmicas sociais e políticas abrindo perspectiva para uma visão social, que se originou, primeiramente, no “estudo de usuário” (ARAÚJO, 2017). Nesse processo, a corrente funcionalista e positivista foi a primeira a ser adotada pela Ciência da Informação, pois permitia a construção de uma base científica racional, correspondente ao “espírito cientificista” e neutro da ciência em voga à época (ARAÚJO, 2017; 2003).

A própria ontologia do que vem a ser informação se altera no tempo. É importante observar que uma noção ontológica da informação no pensamento ocidental já que a ciência parte da premissa da informação em seu aspecto objetivo, sintático. As teorias matemáticas da informação somente podiam se desenvolver conquanto partisse desta perspectiva. Nota-se, por exemplo, a bibliometria e a cientometria que se orientam pela busca de regularidades empíricas e leituras estruturais de tendências. Isso culmina mais tarde, segundo Gómez (2001, p. 12) com estratégias mais avançadas de ordem: “da construção, da modelagem e da intervenção e que se orientam à formulação de modelos e algoritmos”. A informação torna-se objetivamente manipulável: a ideia de “dar forma a algo” converte-se em informar algo a alguém” (CAPURRO, 2001).

A base técnica da sociedade fez com que a biblioteconomia fosse integrada a Ciência da informação, uma vez que os aspectos tecnológicos, como a tecnologia de informação, foram utilizados pelas bibliotecas em funções como recuperação, registros e disseminação da informação com outras bibliotecas. O uso do computador implicava também na utilização tecnológica de processamento de informações digitais, músicas vídeos e documentos (RAYWARD, 1998)

#### *4 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, INFORMAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS*

A produção, a distribuição e a utilização de “produtos” intelectuais deve ser pautada na investigação e análise das relações sociais e econômicas (FALLIS, 2002). Partindo desta ótica teórico-metodológica a “epistemologia social” na Ciência da Informação, tal como preconizada por Jesse Sheran a partir da década de 50, se orientava pela relevância do conhecimento nas relações sociais e de suas implicações à organização social, produtiva e tecnológica das sociedades contemporâneas (PRESSLEY, 2006). À título de exemplo, na literatura econômica tal influxo, o da importância da crescente informação nos sistemas sociais e do conhecimento ao valor econômico, foi analisado por autores tais como Daniel Bell (1976) e Machulup (1980) interessados na relevância da ciência e tecnologia e, por outro lado, no tratamento adequado das informações e do trabalhador intelectual à um paradigma produtivo cada vez mais informacional.

Um dos teóricos importantes que contribuíram para o chamado paradigma social na Ciência da Informação foi Bernd Frohmann (CAPURRO, 2003). Para ele, a construção social se relaciona ao que ele chama de “processos informativos”, que está inscrita nas necessidades dos usuários da informação, na produção e organização de arquivos como dispositivos de dominação e reprodução de saberes e de utilização destes saberes (científicos e discursivos) para finalidades de dominação e reprodução das formas de poder econômico, político e cultural;

além disso nos esquemas de disseminação e de consumo de imagens e das narrativas tecidas nas relações de poder: todo esse conjunto de temas e de análise de aspectos sociológicos dos fenômenos informacionais ficaram excluídos durante muito tempo da teoria da Ciência da Informação e da Biblioteconomia (FROHAMNN, 1995). Segundo o autor, a necessidade de jogar luz a estes temas revela sua crítica à exclusão de fenômenos que, por serem marginalizados na Ciência da Informação e da Biblioteconomia, propiciaram uma orientação epistemológica neutra e pouco tensionalizante no que se refere à ciência como ferramenta de reflexão e de transformação do mundo.

A partir da década de 70, conforme ressalta Frohmann, a abordagem da Ciência da Informação concentradas em sua maioria em agendas de pesquisa que se referiam à problemas de disseminação da informação científica-tecnológica se tornaram insuficientes, uma vez que deflagra-se processo amplo de mercantilização da informação:

O foco em problemas instrumentais e em questões epistemológicas envolvidas com a demarcação e policiamento das fronteiras entre as disciplinas, desvia a atenção das questões de como o poder é exercido em e através das relações sociais mediadas pela informação, como o domínio sobre a informação é alcançado e mantido por grupos específicos, e como formas específicas de dominação – especialmente de raça, classe, sexo e gênero – estão implicadas no exercício do poder sobre a informação (FROHMANN, 1995, p. 5- tradução nossa).

Além disso, Frohmann se baseia no interrelacionamento da ator-rede e da concepção de Foucault, para fundamentar seu conceito de “práticas informacionais” (GOMEZ, 2012). Trata-se da difusão de aspectos de significados e de discursos da informação inundadas pelos meio de comunicação digital como a internet e a deflagração de espaços de poderes globais referentes a dominação cultural e ideológica e visões; a despeito da sociedades serem caracterizadas por profundas tensões e contradições (ideológicas e materiais). Tal visão é portadora do paradigma “neo-documental”.

O poder informacional está caracterizado em dispositivos complexos, como a escrita, a internet e não mais apenas em domínios governamentais e políticos, criando categorias oficiais de dominação cultural, identitária e de legitimidade dos usos da ciência e da prática científica, agora, voltados para o sistema capitalista (GOMES, 20210). Trata-se, portanto, da noção de poder multipolar e reticular, da visão foucaultina. Latour (2010, p. 4) propõe que as informações devem ser analisadas sob o prisma de relações de força, pois, segundo ele, a informação possui uma espécie de “carregamento” móvel dentro de um circuito onde já estão constituídos seus centros e periferias. No capitalismo a “meta-narrativa” se dá pelas relações sociais baseadas sobre a forma dinheiro, ainda que a trama dos processos comunicacionais se mostre cada vez mais fragmentada e reticular. Já Hardt e Negri (2005) partem da mesma premissa, ao apontarem que o capital explora o trabalho vivo capturando as informações, criatividade e capacidades comunicativas e cognitivas do “trabalho imaterial” e não mais o valor do tempo do trabalho individual ou coletivo que se leva para produzir determinada mercadoria ou bem.

A “materialidade da informação”, em contraposição à perspectiva cognitiva dos processos mentais e imaterial da informação, se baseia, ao contrário, na noção de enunciados da informação, conferindo a esta seu caráter material e social, no qual a imersão e rotinas institucionais representa sempre uma relação causal com tais enunciados (FROHMANN, 2008, p. 23) – exemplo disto são os documentos legais respaldados e localizados institucionalmente; leis, psiquiatria, representando escritas “disciplinares” em circuitos fechados. No entanto para Frohmann a informação é substituída pelo documento, depois que o documentar tornou-se alargado pelas redes de comunicação e da estruturas jurídico-estatal de identidades e registros,

muito além das instituições autorizadas para sua definição e tratamento. A materialidade da informação volta a surgir aqui, uma vez que é a partir da prática “categorização-documental” que as pessoas e os grupos sociais passam a existirem; homossexuais, suicidas, etc. Como argumenta Gomez (2012) tal noção evidencia mais uma ampliação da significação de documentar do que de uma substituição da informação pelo documento.

Dessa forma, os conflitos e poderes em torno do objeto da informação tem se apresentado tanto no conceito “espaços de fluxos”, como no conceito “regimes de informação” também propostos por Frohmann (1993) no âmbito da Ciência da Informação. Os espaços de fluxos captam o processo desigual na circulação e produção de fluxos de tecnologia, de conhecimento e de capital entre países e grupos sociais, inseridos numa relação de dominação produtiva e econômica. O conceito de espaços de fluxos permite ao mesmo tempo operar uma crítica filosófica baseada na discussão Foucaultina sobre a “liberalização das subjetividades”, em uma sociedade perfilada pela internet e a imposição cultural.

A informação não constitui um componente técnico e neutro, do qual pode-se manipular como algo de fora da sociedade e de seu contexto político-econômico. A fórmula de Gregory Bateson segundo a qual a informação é uma diferença que faz a diferença é a chave mestra para entender esse processo de atualização que apaga progressivamente a diferença entre natureza e cultura, como se “matéria” e “espírito” pudessem se encontrar e se integrar num mesmo plano (SANTOS, 2003, p. 13). Segundo Santos (2003, p. 17): “Informação enquanto diferença que faz a diferença reconfigura o trabalho, o conhecimento e a vida, enquanto a virada cibernética transforma o mundo num inegostável banco de dados”.

Nesse contexto, a criação da informação científica e o acesso aos sistemas de informações governamentais e universitários estão umbilicalmente ligadas às determinações do mercado (SCHILLER, 1984; ROBIN, WEBSTER, 1988). Dessa forma, o papel do Estado se resume em facilitar processos de acumulação do capital. No capitalismo, as relações de poder que se operam seja na construção de “capital intelectual”, pelo uso científico e tecnológico na produção do capital, seja na produção do cidadão consumidor, ao qual será atribuído novas “necessidades informacionais” e novas formas de processar e tratar as informações dos usuários orientadas a um mercado de consumo global: a partir do uso de algoritmos pelas plataformas e redes sociais (facebook, netflix, youtube aplicativos de software); que tem como característica o monopólio das grandes empresas do setor tecnológico.

A Ciência da Informação se apropria em maior ou menor grau das correntes teóricas existentes dos paradigmas científicos, como o Funcionalismo, a Teoria Sistêmica e a Teoria Matemática: ela é transdisciplinar, pois sua formação e influência teórica transitam entre diferentes campos científicos. Capurro (2003) aponta três paradigmas científicos fundantes na Ciência da Informação: o paradigma físico, cognitivo e social (CAPURRO, 2003). No paradigma cognitivo, os sistemas de informação e a informação passam a serem considerados como campos e fenômenos ambientados pela realidade social, apesar de um enfoque extensivamente subjetivista e cognitivo. É somente com o paradigma social que a informação cessa de ser vista como algo separado de contextos sociais e materiais nos quais ela está condicionada. Tal corrente critica a visão reducionista do modelo cognitivo o qual se caracteriza como um modelo “associal” (CAPURRO, 2003, p. 10- 11).

A epistemologia social quanto outras abordagens da teoria social, mesmo de cunho marxista, na Ciência da Informação, não se caracteriza pela noção de práxis social e de ação revolucionária, visando a transformação da realidade social. O estudo da informação feito por essas abordagens, ainda que de maneira muito distinta e apresentando uma diversificação de temáticas e de referenciais teóricos, fundindo ao objeto de estudo da informação, as contribuições de teorias, paradigmas e conceitos das ciências humanas (estudos culturais, Economia, Psicologia, Filosofia e Sociologia) não promoveu, como no marxismo, uma postura

científica baseada em uma visão dialética-materialista de informação. Comparando o que Horkheimer entendia por “teoria tradicional” e “teoria crítica”, a Ciência da Informação se afastou de uma formação politicamente combativa, ao conservar áreas de investigação e análise distantes da reflexão política e social.

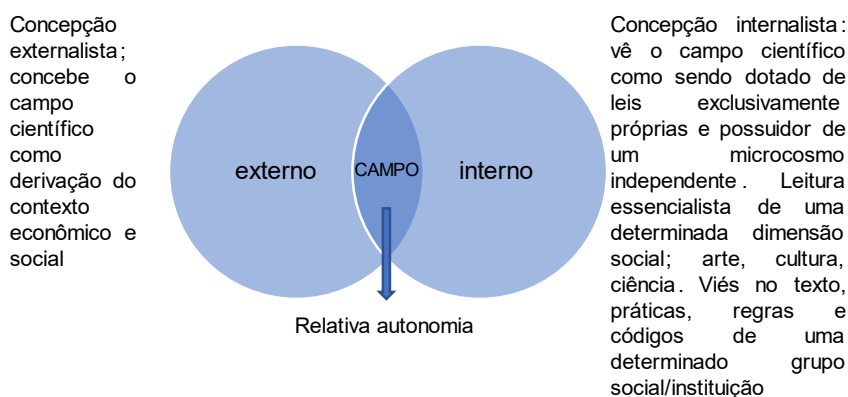
## 5 CAMPO, PODER E INFORMAÇÃO

Voltamos aqui à discussão sobre ciência e campo científico, para chamar atenção a um importante aspecto: a ciência não existe como esfera descolada ou autônoma às relações sociais e relações de produção, sendo predeterminadas por normas e estruturas situadas no espaço social (BOUDIEU, 1983). O campo científico é permeado de hierarquização e de poder, existentes nas especializações e saberes.

Assim, a definição de campo nos permite pensar a ciência como um espaço de lutas e de forças por posições hegemônicas: campo estruturado por relações de força e poderes, no qual grupos dominantes e dominados lutam por reconhecimento e por poder econômico. Bourdieu (1983) ressalta que não existe campo desinteressado politicamente, razão pela qual “os conflitos epistemológicos são inseparavelmente, conflitos políticos”; ainda que ele seja caracterizado por em relações de poder e de regras que dizem respeito à fatores simbólicos como prestígio e representação dentro da comunidade e que lhe constituem regras próprias e internas, dotando ele de relativa autonomia (regras, normas, saberes).

O conceito bourdiano de campo científico revela uma noção de ciência segundo a qual não existe uma “ciência escrava”, submissa ao contexto econômico-político e nem uma “ciência pura” independente e livre de qualquer necessidade e premissa social (BOURDIEU, p. 21, 2004).

**Imagem 1** – O campo científico segundo Bourdieu



Fonte: elaboração própria

No capitalismo, os fluxos informacionais -institucionalização e apropriação científica e usos tecnológicos - atende a lógica de criação do valor e, portanto, se destina a criação de patentes e à pesquisa e desenvolvimento aplicados à produção desse mesmo valor.

A superestrutura; as ideais, ciência e seus usos, direito e filosofia são geradas a partir das relações sociais de produção e tem a finalidade de reproduzi-las, como defendia Marx (2007). Se o que caracteriza as relações sociais no capitalismo são a geração da mais-valia e a apropriação por poucos indivíduos da produção e distribuição das riquezas geradas a formação da superestrutura enquanto entendia Marx se destinarão à reprodução dessa mesma sociedade



divida em classes. Trata-se de reflexo da produção material da vida, das relações econômicas e determinadas historicamente:

[...] os aspectos políticos, institucionais e socioculturais na produção e compartilhamento de informações e conhecimentos nas aglomerações produtivas e sistemas locais de inovação. Verifica-se que há cooperação e competição na difusão de informações e no compartilhamento de conhecimentos e nos processos interativos de inovação. Cabe aprofundar a investigação da dinâmica das inovações no processo produtivo e o papel exercido pela informação e conhecimento no desenvolvimento econômico e social local (LIMA, 2008, p. 20).

Mas por outro lado, a ciência deve fazer questionamentos sobre seu objeto de pesquisa, deve apontar as contradições e as limitações, no que diz respeito às demandas sociais, de uma ciência e uma pesquisa vinculada exclusivamente às necessidades de expansão do valor e do lucro nas sociedades capitalistas, na qual elementos como, por um lado, a ciência e a tecnologia e, por outro lado, a recuperação e tratamento de informações em banco de dados, baseados em modernas técnicas como *big data* e *machine learning* para segmentar nichos de mercado e prover tomada de decisões às empresas; isso tudo num contexto sociodigital e industrial no qual a informação e as redes de comunicação se tornam cada vez mais essenciais à acumulação.

Quanto à Economia Política da Informação, o desenvolvimento do campo tecnológico-comunicacional fez surgir uma agenda de pesquisa direcionada às temáticas contemporâneas relacionadas a partir de uma perspectiva teórico-crítica visando a criação de elementos teóricos para a reflexão do capitalismo contemporâneo, no qual a inovação e a mercantilização do conhecimento tornam-se essenciais para a reprodução do capital. Para Mosco (1996, p. 105):

A economia política da informação necessita ser fundamentada em uma epistemologia realista, inclusiva, constitutiva e crítica. É realista quando reconhece a realidade de conceitos e práticas sociais, desta forma evitando enfoques idealistas e nomotéticos (que discutem respectivamente apenas a realidade do discurso ou rejeitam as premissas de realidade, tanto de conceitos como de práticas) (MOSCO, 1996, p. 105)

Nos dois campos científicos -, o primeiro, o da Ciência da Informação; já o segundo o da Economia Política da Informação, subcampo da Economia - parte-se do pressuposto da metodologia dialética para a análise de seu objeto de estudo: a informação.

A aliança entre capital e tecnociência consagra a inovação tecnológica como instrumento de supremacia econômica e política. Assim, a reprogramação e reordenação do processo de trabalho e do objeto tecnológico e o crescente processo de digitalização do consumo e da produção caracteriza o ímpeto inovativo inscrito no processo de produção das economias desenvolvidas, diferentemente das periféricas pautadas pela exploração das atividades de menor valor agregado e mais precárias. A informação por meio da “tecnociência” e do instrumento científico (manipulatório) que permite ao capital passar da dimensão atual da realidade para sua dimensão virtual (SANTOS, 2003).

Tem-se como exemplo, a informação genética e digital, ampliada e reproduzida em escalas cada vez mais crescentes e que funcionam como insumos para a produção de valor econômico. Sua reprogramação e recombinação garante a execução de uma série de inovações tecnológicas; no setor financeiro, informático, biotecnológico e industrial. Os exemplos do biotecnólogo e do programador exemplificam este contexto o qual está pautada pela criatividade e pelo conhecimento dos processos de trabalho de alto valor agregado.

Nessa perspectiva, ressaltamos que os estudos sobre a informação e a comunicação abarcados nas contribuições teóricas e metodológicas pela Economia Política e pela Ciência da Informação culminam em temas de pesquisa tais como a) direitos de propriedade intelectual – problematizando os abusos e os monopólios gerados a partir dos mesmos; b) ciência aberta, produção tecnológica e democracia; c) sistemas de inovação; d) institucionalização da ciência e da tecnologia; e) usos sociais e tecnologia social; f) desenvolvimento local; g) competência ou letramento informacional; h) construção, preservação, e implementação de políticas de regulação do “commons” (LESSIG, 2004; BENKLER, 2002).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Ciência da Informação ao se aproximar das Ciências Humanas e com isso a dialogar com disciplinas como a Filosofia, a Sociologia, a Economia e a Comunicação se apropriou de temas discutidos nelas. O mesmo pode-se dizer da Economia Política da Informação, a qual se fundamenta principalmente na tradição marxista para analisar a informação dentro da economia capitalista. A interdisciplinariedade e a multidisciplinariedade é adotada nas duas áreas do conhecimento: como vimos essa característica esta presente em todo campo científico não sendo possível muitas vezes fazer distinção clara entre eles.

Segundo Cibangu (2013, p. 9), a orientação “mercadológica” e “técnica” continua a dominar a maioria da literatura e da pesquisa na Ciência da Informação. A apropriação da dimensão informacional no espaço social corresponde a modos de tensionar a lógica privada da apropriação da informação com a lógica social da informação, a qual se seguirão a orientação aos usos científicos e tecnológicos. A tese de que a superestrutura surge da infraestrutura, isto é, das relações sociais e produtivas históricas determinadas historicamente – e de que, justamente por isso, dá legitimação à reprodução de uma ciência subsumida aos ditames do mercado e do lucro e, portanto, de apropriação privada da riqueza, é também a tese de que a ciência questiona e interroga, além de seu campo epistemológico (paradigmas e teorias), seus usos sociais. Dito de outra forma, as contribuições e os sentidos que ela permite dar às sociedades de um modo geral.

## REFERÊNCIAS

ALBALGI, S. Informação, saber vivo e trabalho imaterial. In: ALBAGLI, S. (Org.). **Fronteiras da Ciência da Informação**. Brasília, DF: Instituto brasileiro de ciência e tecnologia (IBICT), 2013.

ALMEIDA, O. F. Conservadorismo e revolução (ou reformismo) na biblioteconomia e na ciência da informação. **Divers@ Revista Eletrônica Interdisciplinar**, Matinhos, v. 8, n. 2, p. 132-144, jul./dez. 2015

ARAÚJO, C. A. A. Uma história intelectual da Ciência da Informação em três tempos. **RACIn**, João Pessoa, v. 5, n. 2, p. 10-29, jul./dez. 2017.

ARAÚJO, C. A. Condições teóricas para a integração epistemológica da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia na Ciência da Informação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**. Ribeirão Preto, v. 2, n.2, p. 19 – 41, jul./dez., 2011

ARAÚJO, C. A. Correntes teóricas da Ciência da Informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 38, n. 3, p. 192- 204, set./dez., 2009.

ARAÚJO, C. A. A Ciência da Informação como ciência social. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 32, n.3, p. 21 – 27, set./dez., 2003.

BELL, D. **O advento da sociedade pós-industrial**: uma tentativa de previsão social. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

BENKLER, Y. Coase's Penguin, or, Linux and the nature of the firm. **Yale Law Journal**. v. 112, p. 369-446, 2002.

BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, R. (Org). **Pierre Bourdieu**: sociologia. São Paulo: Ática, 1983. p.122-155.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clinica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CAPURRO, R. Pasado, presente y futuro de la noción de información. **Logeion**: Filosofia da informação. Rio de Janeiro, v.1, n. 1 p. 110 – 136, ago./fev., 2015.

CAPURRO, R. Epistemologia e ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ENANCIB, 5., 2003. Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2003.

CIBANGU, S. K. Toward of a critique of the information age: Herbert Marcuse's contribution to information science's conceptions. **Information research**. v. 18, n. 3., set, 2013.

DANTAS, M. **Trabalho com informação**: valor, acumulação, apropriação nas redes do capital. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.

FALLIS, D. Social epistemology and information science. **Annual review of information science and technology**, v. 40, p. 475 - 519., 2006.

FROHMANN, B. Communication technologies and human subjectivity: The politics of postmodern information Science. In: Annual Conference Canadian Association for Information Science. 21., 1993. **Anais...** Canadá: Faculty of Information & Media Studies University of Western Ontario, 1993.

FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, Mariangela Spotti Lopes; MARTELETO, Regina Maria; LARA, Marilda Lopes Ginez de (Orgs.). Dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, 2008, p.13-36.

GÓMEZ, M. Para uma reflexão epistemológica acerca da Ciência da Informação. **Perspect. cienc. inf.**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 5 - 18, jan./jun.2001

\_\_\_\_\_.O objeto de estudo da Ciência da Informação. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 19, n. 2, p. 117 – 12, jul./dez. 1990.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Multitude**: guerra e democracia na era do império. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HERSCOVICI, A. Economia Política da Cultura, da Informação, do Conhecimento e da Comunicação: uma tentativa de definição epistemológica.. **EPTIC online. Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura**, vol 16, n.3, set.-dez, 2014.

HERSCOVICI, A. Economia da informação, conhecimento e modificação da natureza do trabalho: elementos de análise. **Revista de Ciência e Informação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, jun., 2004

HORKHEIMER, M. **Teoria Tradicional e Teoria Crítica**. Os Pensadores. São Paulo, Abril Cultural, 1980.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva: 1978.

LATOUR, B. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: Parente. A. **Tramas da Rede**: Novas dimensões filosóficas estéticas e políticas da comunicação. Porto Alegre: Sulina, 2010.

LIMA, C, R, M de. A PESQUISA DA POLÍTICA E DA ECONOMIA DA INFORMAÇÃO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: Atualidade e Perspectivas. **BRAPCI** – base de dados em Ciência da Informação. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/7780>.

LESSIG, L. **Free Culture**. the nature and the future of creativity.” Estados Unidos: Penguin, 2004

MACHLUP, F. **Knowledge**: its creation, distribution, and economic significance. vol. 1, Knowledge and Knowledge Production. New Jersey: Princeton University Press, 1980.

MARX, K. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007

MATTELART, A. **A globalização da comunicação**. Bauru/SP: Edusc, 2000.

MATTELART, A. **História da Sociedade da Informação**. São Paulo: Loyola, 2006.

MOSCO, Vicent. **The political economy of communication**. London: SAGE Publications, 1996.

PINHEIRO, L; LOUREIRO, J. Traçados e limites da ciência da informação. **Ciência da informação**, Brasília, v. 24, n. 1, jan./abr. 1995, p. 42-53.

PRESSLEY, L. **Social epistemology in library and Information Science**, 2006. Disponível em: <http://laurenpressley.com/papers/selis.pdf>. Acesso em: dez. 2016.

QUEIROZ, D. G. C; MOURA, Ana-maria. Ciência da Informação: história conceitos características. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 25-42, ago/dez. 2015

RAYWARD, W, B. The history and historiography of Information Science: some reflections. In: HAHN, T, B; BUCKLAND, M. **History studies in Informatiin Science**. Information today, Inc. Medford, 1998.

ROBIN, S; WEBSTER, F. Cybernetic capitalism: Information, technology, everyday life. In: MOSCO, V; WASKO, J. **The political information of economy**. E.U.A, The university of Winsconsin press, 1988.

SANTOS, L. G. A informação após a virada cibernética. In: SANTOS, L. G. **Revolução tecnológica, internet e socialismo**. São Paulo: Editora fundação Perseu Abramo, 2003.

SCHILLER, H. **Information and the crises economy**. New Jersey: Ablex, 1984

SIMIS, A; LOPES, R. S. Economia Política da Comunicação (EPC). In: Castro, D; Marques, J. M; CASTRO, C. (Org.). **Panorama das comunicações e telecomunicações no Brasil**, Brasília: Ipea, 2010, v. 2.